

ALFABETIZAÇÃO E CIDADANIA

*Silvino Santin**

*A*lfabetização e cidadania são conceitos intimamente relacionados. Foram os gregos os primeiros a perceber tal relação, pois a definição de Estado, suporte primeiro da idéia de cidadania, acontece na medida em que são estabelecidas as bases da educação.

As dimensões da alfabetização, entretanto, são muito amplas. Pode-se falar de dois tipos essenciais de alfabetização: a intelectual e a existencial. A primeira, preocupada com o desenvolvimento da inteligência, cunhando o pensamento ocidental, inclui não só a alfabetização lingüística, mas também conhecimentos relativos à arte, à ciência, à tecnologia, à economia, à política, à filosofia. Nesse caso, é preciso estar ciente de que a alfabetização que ensina a ler e escrever não confere necessariamente domínio da linguagem e desenvolvimento da capacidade de decodificação dos inúmeros discursos – científico, político, econômico, publicitário, jurídico, religioso – que hoje cercam e confundem o homem moderno. A alfabetização lingüística, por exemplo, deve prever a interpretação desses discursos, caso alfabetizar signifique gozar da plenitude da cidadania. Há, enfim, a alfabetização existencial, aquela que ensina a viver, pressupondo o resgate do corpo e da sensibilidade, que, neste final de século, permitem compreender uma cultura e um sentimento que vigoram especialmente nos países do Terceiro Mundo. Não mais uma cultura da razão, mas uma escultura do sentimento. Com ela, o ideal de solidariedade, sociabilidade, comunitarismo. A alfabetização existencial é, pois, a grande alternativa do presente.

* Professor dos Cursos de Pós-Graduação das Faculdades Franciscanas de Santa Maria (RS).

I

DESAFIO

Estamos diante de um desafio proposto, estranhamente, por duas palavras muito conhecidas. Fazem parte do nosso cotidiano. Nela estamos mergulhados duplamente, como trabalhadores da educação e como pessoas que se alfabetizaram. Elas definem os limites de nossa tarefa pedagógica, estabelecem as origens e os fundamentos da escola e constituem as raízes de todo processo educacional, ao mesmo tempo que abrem os caminhos para a realização da cidadania. Sem dúvida nenhuma, o nosso universo escolar está dimensionado pelos significados que damos à alfabetização e à cidadania, e às relações que estabelecemos entre as duas.

Debruçar-se sobre elas, certamente, significa refletir sobre a natureza de nossa atividade educacional e, acima de tudo, repensar o destino do homem, como indivíduo e como coletividade, no contexto da sociedade contemporânea. O que está em jogo não são alguns conteúdos disciplinares, determinadas técnicas de ensino-aprendizagem ou princípios teóricos de pedagogia apenas; não se trata também de colocar em jogo a figura e o papel do alfabetizador, mas de repensar o projeto antropológico, de redefinir a ordem social e de refletir sobre o significado de humanidade. Em poucas palavras, o que está em jogo é o próprio ser humano. Esta dramaticidade parece claramente expressa se a entendermos a partir do pensamento de Eunice Durhan quando afirma: "Todo comportamento humano é artificial e não natural. O homem é um animal que construiu, através de sistemas simbólicos, um ambiente artificial no qual vive e o qual está continuamente transformando. A cultura é propriamente esse movimento de criação, transmissão e reformulação desse ambiente artificial." A alfabetização é o primeiro passo oficial, dirigido e controlado para ingressar neste sistema simbólico que, por sua vez, nada mais é que a fundamentação e a manifestação concretas da cidadania.

Os gregos deram a primeira demonstração do papel da alfabetização e do sentido da cidadania e das relações que devem existir entre ambas. De um lado está a *paidéia* como o grande projeto de formação do homem inteiro, dos pés à *cabeça*, para ser o cidadão. O habitante da polis. A *politéia* é o grande projeto de construção da cidade ou da ordem social. Dessa forma, *paidéia* e *politéia* tornam-se indissociáveis. Educar significa tornar-se cidadão.

O maior projeto teórico de *politéia* foi construído por Platão, conhecido como sua República. Não se trata, como parece indicar, de um sim-

ples sistema de governo, mas de um verdadeiro projeto de organização social. A definição do estado, o suporte primeiro da idéia de cidadania, acontece na medida que são estabelecidas as bases da educação. A ordem social grega foi um projeto de socialização que previa um processo educativo para preparar os indivíduos a ocupar as funções necessárias para o funcionamento do Estado grego. Observando as nossas atividades escolares atuais, verificamos que alfabetizar não é uma atividade distinta da educação, mas a condição indispensável para que se possa pensar na educação que, todos acreditamos, possibilita o acesso à plenitude da cidadania.

A cidadania ou a *polis* é a razão última da educação. O homem é um animal, melhor dito, um ser vivo, político, social, e como tal deve ser educado. A construção do cidadão se deve a partir de um ideal de homem. Assim a ordem social devia construir-se a partir de um ideal de sociedade. Haveria uma correspondência perfeita entre a natureza do homem e a ordem social. Temos aí um primeiro grande projeto antropológico, isto é, um modo de ser do homem, e um projeto sociológico, uma ordem social como realização plena da natureza do homem, no sentido individual e coletivo.

De pouco adianta saber como a alfabetização foi introduzida no processo civilizatório da humanidade se não soubermos o significado que damos ao processo de alfabetizar. Não que essa informação não tenha importância, mas o que nos interessa no momento e prioritariamente, é saber colocar em termos atuais as dimensões da alfabetização, descobrir o que entendemos por cidadania e encontrar as maneiras como essas duas realidades se entrecruzam em nossos projetos brasileiros de alfabetização.

II

ALFABETIZAÇÃO

A questão da alfabetização poderia ser colocada em três pontos. Primeiro, o que diz a palavra alfabetização? Segundo, o que nós a fazemos dizer ou falar? Por fim, o que nós fazemos em nome da alfabetização?

Respondendo à primeira pergunta, alfabetizar significaria ter o domínio da língua nacional. É no domínio da língua que acredito residir o maior valor da alfabetização, porque a língua é um dos elementos básicos da ordenação social, da identidade cultural e da soberania nacional.

Quanto à segunda pergunta, o que nós colocamos na boca da alfabetização? Seria aprender a ler e a escrever? O domínio da grafia e da pronúncia ou da leitura garantem o indivíduo alfabetizado? Alguém é alfabetizado porque sabe grafar sons e porque sabe sonorizar a grafia? Já se per-

guntaram o que significa saber ler? A leitura reduz-se à interpretação oral da escrita, como se fosse uma partitura de música? Aliás, um autor francês, Camino, pretendeu grafar uma língua com sons em pautas musicais, assim haveria uma escrita universal. Exatamente como acontece na música. Mas se a leitura significa também interpretação, como fica a nossa compreensão de alfabetização restrita ao ler e escrever?

O que se entende por escrever? Basta reproduzir graficamente a oralidade das palavras? Ou escrever seria também ter o domínio do discurso escrito? Trata-se, portanto, de saber produzir um texto, ou criar um discurso. Não apenas reproduzir, copiar ou transcrever.

Por que o domínio da língua falada não é suficiente para alguém ser alfabetizado? Por que a cidadania precisa passar pela alfabetização? A alfabetização passa necessariamente pela gramática? Qual seria a extensão de uma língua?

Para responder ao terceiro ponto gostaria de colocar três momentos. Um é alfabetizar de acordo com a tradição escolar. Tudo conforme as velhas cartilhas. Uva, ovo, vovô, viúva, etc. Outro é alfabetizar segundo Paulo Freire, tendo como característica fundamental a criação de uma consciência política, cultural e social. O último vincula-se à tradição piagetiana. A começar pela influência da argentina-mexicana, Emilia Ferreiro, e concluindo com as teses construtivistas. Essas estão mais vinculadas ao mecanismo interno da aprendizagem. Como se constrói o saber. Uma auto-construção. Aprender é construir o conhecimento.

No primeiro caso temos uma alfabetização mecânica. É a tradicional. Em Paulo Freire encontramos uma alfabetização engajada com a política. A terceira nos coloca diante do processo pessoal de aprender.

Como fica o vínculo com a cidadania?

III

CIDADANIA

O tema da cidadania é universal. O que, de fato, significa cidadania? Estamos diante de uma palavra com imensa carga semântica. Na verdade, ela introduz-se na complexa temática da organização social e, especialmente, mostra os níveis e graus de possibilidade de participação dos membros a ela vinculados. Preocupar-se com a cidadania significa preocupar-se com tudo o que envolve a inserção das pessoas na ordem e na vida de uma sociedade.

Entre nós, brasileiros, parece que a questão adquire sonoridade ainda

mais intensa no momento histórico em que vivemos. Além de discutirmos o significado e a maneira de construirmos a cidadania ou de sermos cidadãos, temos que discutir a nossa própria ordem social, base e objetivo de educar para a cidadania. Como pensar em sermos cidadãos se não temos diante de nós uma imagem de sociedade ou de organização social, ou de princípios que garantam uma construção social, uma identidade social?

Fica difícil falarmos em construir a cidadania se encontramos uma situação generalizada, colocando-nos diante de pessoas que dizem sentir vergonha da miséria social brasileira. E parece que esta situação está de longa data enraizada entre nós. Desde o início do século, mais precisamente em 1919, Rui Barbosa denuncia uma realidade que vivemos ainda hoje, num estágio, parece, mais agravado. Dizia ele:

O Brasil deixou de ser uma República; é uma Reprivada, privada em todos os sentidos. Na República a administração é coisa do público, na Reprivada é coisa de privança, é logradouro privado, é domínio dos privados, açambarcadores do patrimônio público (...) das coisas de negócio, das coisas de família e das coisas da associação. (*Folha de São Paulo* 22.11.93, cad. 1.3)

A imprensa atual confirma o agravamento desta denúncia de Rui Barbosa, num imenso festival de corrupção e de impunidade dos homens públicos que atuam nas instituições que deveriam constituir o cerne e a solidez da arquitetura social, base para se pensar em cidadania. O sociólogo Roberto da Mata, falando do político brasileiro, mostra como a cidadania ou o cidadão se restringe aos familiares, aos amigos e aos vizinhos. A rua, que seria o símbolo da sociedade ou do público, o lugar dos cidadãos, acaba não existindo. É na casa que encontramos os parentes, os amigos e as pessoas próximas, um lugar privilegiado. A coisa pública deixou de existir para a política.

De alguma maneira, esta análise de Roberto da Mata aproxima-se em algum ponto da postura do filósofo francês, Michel Maffesoli, porém, conserva uma diferença muito profunda. Maffesoli fala do fim da política ou do político, e do reforço do doméstico, do tribalismo, mas com um sentido positivo, porque se deixam de lado as idéias de universalidade e de homogeneidade e mesmo do princípio de autonomia, para se pensar no que é próximo. No caso de Roberto da Mata, encontramos uma deterioração, uma certa perversidade ideológica da compreensão da política.

O grande projeto de alfabetização está vinculado a todo modelo de modernidade. É na idade moderna, com as revoluções científicas, tecnológicas

e políticas que a alfabetização torna-se um requisito, cada vez mais exigido, para que o indivíduo se torne cidadão do estado-nação. É este o modelo que, ainda, está em vigor em nossas escolas. As teses da pós-modernidade são um novo desafio para se pensar uma nova alfabetização. Vamos ver alguns aspectos.

Começa-se pela valorização da casa, do que é doméstico. "A casa, diz Baudrillard, é uma das maiores forças de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem". E Gaston Bachelard completa a idéia dizendo que "a casa é um corpo de imagens que dão ao homem razões ou ilusões de estabilidade". A filiação nos introduz neste universo. A alfabetização nos introduz na ordem social, porque ela se torna também uma construção simbólica que pode nos dar razões ou ilusões de estabilidade. A organização social é, de fato, uma grande construção simbólica na qual nós entramos na medida que exercemos nossa cidadania.

Nessa construção simbólica o cidadão precisa encontrar as condições de sua realização, de sua liberdade, de suas tarefas, de sua existência humana. Nela o cidadão elabora sua identidade social. Mas, muitas vezes, o cidadão sente-se tolhido no exercício de sua cidadania por imposições da própria ordem social. Pode encontrar regras de discriminação e de exclusão pelas mais diferentes razões. A alfabetização supostamente seria o caminho da superação destes obstáculos para se atingir a cidadania. Há divisões entre ricos e pobres. Há os analfabetos, há os executivos, etc. A escola poderá ser uma das que constroem esses obstáculos. O índio Terena, piloto da FUNAI, ao ir à escola na cidade dos brancos, estranhou que se falava de ricos e pobres; na sua aldeia não havia essa distinção. E, ainda, ele se protegeu da discriminação sob a máscara de japonês, porque assim fora reconhecido pelos colegas.

Edgar Morin, um dos pensadores franceses da pós-modernidade, diz que se tornou cidadão francês (*enfant de la patrie*) na escola, onde absorveu e integrou a história da França. Assim, foi incorporado pela substância francesa e a ela se incorporou. Hoje ele recusa qualquer rótulo e quer ser identificado apenas como ser humano.

Na sociedade brasileira, os cidadãos são iguais perante a lei, mas, na verdade, alguns são mais cidadãos que outros. Veja-se privilégio para a prisão especial, por exemplo, dado aos bacharéis em direito ou a quem tem curso superior. Por terem uma consciência mais esclarecida, o crime não seria mais hediondo, portanto merecedores de maior punição?

IV

OPOSTOS

Quando falo em opostos refiro-me a duas palavras que teriam o sentido contrário de alfabetização e de cidadania, e que podem oferecer uma compreensão diferente delas. Trata-se do analfabetismo e da estrangeiridade. Ser analfabeto significa estar privado do conhecimento do alfabeto, não dominar e estar excluído de alguma coisa; no caso, do domínio do ler e do escrever.

Além disso, analfabeto ou analfabetismo é um conceito que indica um estado ou uma situação fixa. Exclui movimento. Alfabetização, ao contrário, inclui a idéia de processo, de atuação, de movimento, de ação.

Estrangeiridade acompanha a idéia de exclusão, de impossibilidade de participação, de ausência de identidade social, de falta de lugar na ordem jurídica. O estrangeiro sempre foi reconhecido como alguém que não faz parte de grupo. Isso aconteceu entre os hebreus, que chamavam os outros povos de gentios. Entre os gregos encontramos o mesmo procedimento: os demais povos eram tratados como bárbaros. Os cristãos tratavam os não-cristãos de pagãos. O estrangeiro podia ser escravizado, preso ou morto. Não era reconhecido como cidadão, portanto, nenhum direito o assistia.

O analfabetismo e a estrangeiridade, hoje, parecem aproximar-se de maneira muito singular. O analfabeto não é estrangeiro mas, de qualquer maneira, é um cidadão de segunda categoria. Como os metecos na Grécia.

O analfabeto e o estrangeiro estão muito próximos. E talvez, hoje mais do que nunca, este tema fique claro ao observarmos os países desenvolvidos, onde o imigrante tornou-se um invasor, uma ameaça à ordem econômica. O analfabeto, por sua vez, é um indivíduo excluído do sistema produtivo e do mercado de trabalho. Analfabetismo é um estado, uma situação. Alfabetização é um processo. Não se diz alfabetismo. Tanto o analfabeto, quanto o estrangeiro são impedidos de agir, de participar, de reivindicar direitos. Ambos são estranhos. O que os distingue é a possibilidade de ocupar ou não um lugar no território de um estado. Pode-se perder os direitos da cidadania e pode-se não ter acesso à cidadania.

V

RITUAL

Cada ordem social tem seu processo de ingresso ou seus rituais de

passagem. Na civilização da era industrial, o caminho parece começar com a alfabetização, o único acesso à ciência e tecnologia, bases do sistema produtivo. Entretanto, o domínio da língua já era, mesmo na antigüidade, um requisito fundamental para ocupar os lugares do poder. Para gozar da cidadania, desde os gregos, definiu-se como exigência o aprendizado da língua. A unidade lingüística tornou-se um fator de unidade política.

A escola surgiu como a instituição encarregada de ensinar a língua e transmitir a cultura como garantia de cidadania. É interessante lembrar um caso acontecido a uma tribo de índios na América do Norte. O governo americano ofereceu a um grupo de jovens índios uma formação completa em escolas de brancos, responsabilizando-se por todas as despesas. Os caciques não aceitaram e inclusive fizeram a contraposta. Isto porque, no passado, alguns jovens índios foram escolarizados na escola dos brancos e, ao voltar à aldeia, não sabiam nem pescar, nem caçar, nem correr pelos matos.

No modelo da civilização das ciências e da técnica, a alfabetização tornou-se indispensável. Um certo grau de escolaridade tornou-se exigência mínima para o trabalhador. Foi assim que a escola tornou-se obrigatória. A democratização da escola constitui-se na grande bandeira de libertação dos cidadãos. Um caminho aberto para o emprego. E quanto mais subissem na escala das escolas, mais possibilidades de acesso aos privilégios da ordem econômica e política.

Mas a democratização da escola, apesar de ser apresentada como a grande oportunidade igualitária de realização pessoal, acabou gerando um processo de exclusão. Segundo as pedagogas francesas, Isabelle Stal e Françoise Thom, deve-se festejar a possibilidade de acesso a todos, mas é preciso lamentar a exigência igual para todos. Que todos tenham acesso à escola é um dado positivo, mas que todos tenham que demonstrar o mesmo desempenho é desastroso. E isto faz com que muitos acabem eliminados.

Bourdieu e Passeron falam em sua obra, *Les Héritiers*, dos herdeiros da cultura. Os que entram na escola já herdaram de casa a tradição da alfabetização. São filhos de professores, de executivos, dos quadros administrativos, ou profissionais liberais que constituem verdadeiras dinastias, herdeiras do capital escolar, o conhecimento e a técnica, fundamentos da ordem econômica e política.

Michel Foucault denuncia os procedimentos de controle sobre a produção e a distribuição dos discursos, que delimitam e controlam as atividades da ordem social. Apenas para lembrar, Ivan Illich pregava a sociedade sem escolas, porque estas são um instrumento de dominação e não de emancipação.

VI

DUAS ALFABETIZAÇÕES

Sempre que se fala em alfabetização, coloca-se a exigência de que ela deve proporcionar a plenitude da cidadania. Ora, uma cidadania plena acontece sempre que se alcança a participação em todas as instâncias da vida da sociedade. A plenitude da cidadania acontece quando, ao mesmo tempo, obtém-se a plenitude do desenvolvimento existencial. Ser cidadão com a plenitude da cidadania significa ser um homem com a plenitude da vida.

Diante desta visão pode-se falar, com toda segurança, em duas alfabetizações. Uma alfabetização de ordem intelectual, que se preocupa com o desenvolvimento da inteligência, e uma outra alfabetização, que se refere ao desenvolvimento daqueles valores que constituem as instâncias subjetivas e existenciais. De fato, esta distinção aconteceu porque se estabeleceu uma separação entre a atividade profissional e a vida pessoal.

1 A alfabetização intelectual

A alfabetização constitui-se num apelo à inteligência. Pela alfabetização somos iniciados na investigação inteligível de todas as coisas. A inteligência é reduzida a um modelo de pensar. Aprendemos quadros mentais, cuja base é a lógica matemática. Os disciplinadores da inteligência andam fardados com uma sólida e inquebrantável armadura, conhecida nos manuais de alfabetização como metodologia de ensino-aprendizagem. Tal metodologia, ou armadura, serve para moldar a inteligência dentro de determinados modelos de pensar, exigidos e impostos pela ordem sócio-cultural que nos rege e que, desde os gregos, é definida por modelos do pensamento lógico-racional e concretizada na sociedade científica e tecnológica. Tal procedimento alfabetizador garante controlar e limitar a ação criativa da inteligência, estabelecendo um mundo enclausurado pelos muros da racionalidade, impedindo a ruptura das linhas do horizonte do universo lógico-matemático. Dentro deste espaço a inteligência pode apenas circular. Mas fica proibida de ir além ou quebrar as regras do jogo interno.

Tal alfabetização intelectualizada tem todos os méritos e os vícios de uma ordem social hierarquizada, desde os gregos, para quem os valores superiores são os da razão ou do *logos*. Com a complexidade da ordem social podemos estabelecer, dentro da escola, um conjunto de instâncias necessárias para garantir uma alfabetização geral e abrangente, capaz de

informar e efetivar concretamente a participação na cidadania.

A ordem não significa priorização, nem maior importância, mas apenas indica áreas distintas da vida social que exigem uma introdução ou iniciação, isto é, uma alfabetização para atuar efetivamente no seu interior. Trata-se da alfabetização lingüística, literária ou artística, científica e tecnológica, econômica, política e filosófica.

1.1 A alfabetização lingüística

A alfabetização lingüística seria aquela que nos ensina a ler e escrever. A alfabetização, em seu sentido mais restrito, está vinculada à língua escrita. No livro organizado por Emília Ferreiro, *Os filhos do analfabetismo*, que trata da alfabetização escolar na América Latina, os debates giram em torno da alfabetização tendo como objeto a língua escrita. Surgem terminologias interessantes, como criança pré-silábica, silábica e alfabética. Então, encontramos crianças que são alfabéticas na escrita e não o são na leitura. Ou crianças que fazem uma escrita diferenciada e crianças classificadas em “baixas”, “médias” e “altas” como critério de avaliação; e se disséssemos que temos tantas pré-silábicas, tantas silábicas e tantas alfabéticas, estaríamos apenas mudando de rótulos, mas o significado seria o mesmo: a estigmatização de muitas crianças. O grande tema central, apesar de algumas críticas, parece continuar sendo a psicogênese da língua escrita. O que importa é a descoberta de momentos mais ou menos estáveis de organização.

O grau dessa alfabetização é muito variável no Brasil. Muitos, considerados alfabetizados, na verdade, não passam de analfabetos, pois não adquiriram o domínio mínimo da língua. Sabem desenhar o nome, o que é menos que uma cópia e menos ainda que escrever uma palavra ditada, uma simples transformação gráfica de sons. A leitura não passa do soletrar palavras, que, dificilmente, possibilita a compreensão do texto. Não conseguem trabalhar com o sistema de signos lingüísticos para construir seu próprio pensamento e registrá-lo no papel. Entretanto têm um domínio da língua que reproduz suas vivências, mas isto não é estágio de alfabetização.

As alfabetizadoras, na obra citada, reconhecem um estágio superior quando dizem que “Os indicadores mais claros do que as crianças estavam pensando nos era dado por suas produções espontâneas, quando escrevi- am algo que não era uma cópia” (p. 35). Não seria o caso de perguntar se, quando fazem grafismos primitivos, não estariam pensando, inclusive criando seus signos lingüísticos, seus atos sêmicos e sua língua própria?

É preciso reconsiderar a idéia de que a alfabetização que ensina a ler e escrever confere domínio sobre a língua. Infelizmente trata-se de um domínio muito precário e quase inútil. Tem um caráter meramente instrumental. A verdadeira alfabetização é aquela que confere domínio amplo da língua. Mas neste caso precisamos reconsiderar nossa compreensão de linguagem. É preciso saber que na língua nós pensamos, falamos e vivemos. Na construção simbólica da sociedade, a língua tem papel fundamental, questão desenvolvida por Foucault em seu livro *A Ordem do Discurso*. Acontece que dominar uma língua significa ser sujeito do discurso, significa também ser sujeito do pensamento e do saber. O tema nos levaria muito longe. Marcuse, em *A ideologia da sociedade industrial*, denuncia a homogeneização da fala, especialmente no capítulo "O Fechamento do Universo da Locução", mostrando como a utilização das siglas constitui um encobrimento do enunciado, que não expressa a verdade e que não permite denunciar o mascaramento. É o vazio de sentido.

No contexto da ordem social, uma língua gera uma série muito ampla de discursos. Podemos falar do discurso científico, político, econômico, jurídico, religioso, filosófico, poético, literário. Em qual deles fomos alfabetizados? De pouco adianta saber ler e escrever letras, palavras e frases. A alfabetização lingüística deveria nos introduzir na compreensão e interpretação desses discursos, caso alfabetizar signifique gozar da plenitude da cidadania.

Diante do exposto, podemos compreender o aumento do número de analfabetos, e que haja graus de alfabetização que possibilitam haver gente mais alfabetizada e, conseqüentemente, mais cidadã, porque pode participar mais ativamente da sociedade; podemos incluir também que, vivendo as teses do liberalismo ou do neoliberalismo, o indivíduo participa pensando em si mesmo e nos seus interesses. Ele não contribui para a melhoria da cidadania, mas para a melhoria de seus interesses.

Assim se explica a necessidade de campanhas como as realizadas por Betinho, as quais, embora possam lembrar uma forma de paternalismo, no seu espírito leva ao debate dos problemas sociais e da cidadania.

1.2 A alfabetização literária ou artística

A alfabetização lingüística, enquanto domínio da língua escrita, precisa ser completada por uma alfabetização literária ou artística. Esta nos possibilita entender a linguagem da arte. Mergulhados numa alfabetização funcional dirigida para o mercado de trabalho, pouco se tem pensado sobre uma alfabetização que nos ensine a produzir obras de arte ou, pelo menos,

saber apreciar as manifestações artísticas, seja na literatura, seja na pintura, escultura, dança, música, teatro.

A alfabetização artística nos introduz na leitura das grandes produções culturais do espírito humano. Mas como a arte em geral não é classificada entre as prioridades do sistema produtivo, acabou tornando-se preocupação secundária e optativa do currículo escolar.

A alfabetização, pensada como o caminho da plena cidadania, não pode deixar de proporcionar os meios necessários para que cada um possa ter condições de apreciar o mundo artístico. Todos têm o direito de participar da cultura ou das criações culturais. Não apenas como consumidores da arte, mas como criadores. Somente assim pode-se pensar em leitores de livros, em frequentadores de museus, em espectadores de concertos, de cinemas e de teatros. Quando não se tem a compreensão da arte, é preciso envolvê-la na teia do econômico. O livro precisa ser revestido das formas de mercadoria para ser consumido. A produção artística precisa ser pensada em termos de valor monetário. A expressão, "Feira do Livro", parece não se diferenciar, sob o ponto de vista mercadológico, das demais feiras de frutas, de verduras, de máquinas, etc.

A alfabetização literária deve ter dois momentos. O primeiro é o desenvolvimento do gosto artístico. Luc Ferri fala da cisão criada pela modernidade entre a razão e o coração. E particularmente com a instauração do sujeito absoluto de Hegel, deu-se a morte da arte, mas com Nietzsche se dá a estetização da cultura. O segundo momento da alfabetização artística é fazer com que as pessoas se tornem apreciadoras da arte, assim como a alfabetização convencional nos introduz no mundo do trabalho.

1.3 A alfabetização científica e tecnológica

O desenvolvimento das ciências e da técnica geraram um pequeno grupo de especialistas, detentores de discursos herméticos, praticamente inacessíveis à maioria das pessoas. Cada ciência tem sua própria linguagem. Nem os cientistas se entendem entre si. Cada especialista isola-se na sua especialidade criando um jargão próprio. Cientes deste isolamento e das dificuldades de comunicação entre as diferentes ciências, falamos em multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e, mais recentemente, em transdisciplinaridade.

A produção do conhecimento científico desenvolveu uma série de discursos técnicos de acordo com cada ciência ou com cada objeto das ciências particulares. Impossível ter o domínio de todos. O importante é entender o papel e os limites da ciência, hoje, e saber denunciar seu domí-

nio absoluto sobre a nossa ordem social. O controle da cidadania, no fundo, está vinculado aos discursos científicos, que aceitamos ingenuamente, quando não aplaudimos.

O fato é que, dependendo das circunstâncias, todos, indistintamente, podem sentir-se analfabetos em alguma área do saber. A linguagem científica passou a ser privilégio de uma casta superior. A sofisticação da tecnologia, da mesma maneira, criou uma classe todo-poderosa, capaz de controlar por sistemas de informática o funcionamento das atividades sociais e dirigir o rumo da vida das pessoas.

A impossibilidade de acesso ao rigor da linguagem científica faz com que a maioria das pessoas fique totalmente dependente do que os cientistas e os técnicos disserem e determinarem. Não há, nem mesmo, uma brecha para a contestação. Como tudo é regido pela cientificidade, e como tudo é feito a partir da tecnologia, parece que o destino das grandes maiorias é a submissão. Estamos diante de uma nova categoria de analfabetos, aqueles que não sabem nem ler e nem escrever a língua das ciências, ainda que dominem plenamente a escrita e a leitura de sua língua pátria.

Precisamos de novas alfabetizações, capazes de ir além do domínio da escrita e da leitura de uma língua, e de enfrentar os novos analfabetismos.

1.4 A alfabetização econômica

Desde Marx, a economia tornou-se um fator fundamental para a compreensão da ordem social. A sociedade capitalista está calcada sobre as relações de produção. E todos nós fazemos parte de um sistema de produção. A própria necessidade de alfabetização precisa ser entendida a partir das exigências do nosso modelo econômico.

Aqui temos mais um difícil capítulo, ou uma outra instância, que o processo de alfabetização não pode negligenciar. De pouco adianta sabermos as regras da gramática e da grafia de uma língua se não entendermos as regras do funcionamento de uma economia, especialmente quando o sistema econômico não tem as necessidades humanas como seu objetivo primeiro.

Mais uma vez estamos diante de uma língua que poucos conhecem. Mais uma vez estamos à mercê daqueles que se julgam donos da verdade econômica. Uma verdade que depende de projetos arquitetados por aqueles que pensam o econômico como uma entidade sem o homem. Ou seja, uma economia que resolve o paradigma científico do projeto, mas exclui a maioria dos seres humanos. O exemplo da globalização é, sem dúvida, um desses projetos. O importante é salvar o funcionamento do que foi projetada-

do, não importa o preço humano a ser pago.

Poucos controlam e dominam o discurso econômico. Quando não conseguimos, dificilmente podemos participar da prática econômica. Ou então criam-se as economias informais, que privilegiam alguns e diminuem cada vez mais os ganhos da maioria.

1.5 A alfabetização política

Brecht afirmava que o analfabetismo político é o pior de todos. É comum o brasileiro dizer com orgulho que é um analfabeto político. Mas o fato é que confunde as práticas políticas, melhor dito, politiquieiras, com política.

Os governos totalitários são os maiores incentivadores deste analfabetismo, proibindo o debate político na escola por ser uma atividade contraproducente ao bom desempenho escolar. A escola, dizem, não é lugar para se falar de política. Falar de política, fica claro, não é fazer proselitismo partidário ou ideológico. Nada mais esclarecedor deste analfabetismo político, existente no Brasil, do que os dados da seguinte pesquisa da USP, publicada na *Folha de São Paulo* em 24.11.93 – cad. 6-16:

30% dos brasileiros são completamente alheios à política.

30% dos brasileiros votam por clientelismo.

20% votam numa pessoa e não abrem mão.

20% são conscientes e procuram votar em alternativas melhores.

Esses últimos seriam os únicos alfabetizados politicamente.

Não sabemos ou temos medo de discutir política, tanto quanto de tratar de educação sexual na escola.

1.6 A alfabetização filosófica

A alfabetização filosófica é aquela que nos ensina a arte de pensar. Não se trata de aprender doutrinas filosóficas, mas de sermos capazes de desenvolver a criatividade e a liberdade de pensar. Quantos são capazes de pensar com sua própria inteligência, isto é, de ser criativos, de poder afirmar: “sou sujeito do meu modo de pensar”?

A filosofia pode oferecer os recursos para que cada um possa raciocinar, argumentar e sustentar suas opiniões. Ser capaz de ter razões e convicções para tomar decisões seguras e conscientes. Saber falar em nome próprio, não em nome dos outros. Somente haverá diálogos verdadeiros quando os interlocutores tiverem capacidade de argumentação, pontos de vista próprios. O diálogo é a comunicação entre pessoas independentes e

criativas. Isto não significa discordância. Quando Habermas propõe uma ética do discurso, fica claro que o agir comunicativo só é possível através do processo da argumentação. E só participará do diálogo quem souber praticar a arte de argumentar.

Assim, o domínio da reflexão filosófica constitui elemento fundamental do processo de alfabetização. O que não significa uma doutrinação, ao contrário, existem muitas maneiras de pensar. Em filosofia não há nenhum sistema absoluto. O alfabetizado filosoficamente seria aquele que pode perceber e distinguir os diferentes paradigmas que sustentam diferentes maneiras de pensar.

Por enquanto tratamos da alfabetização intelectual clássica, inventada pelos gregos, que se preocupa apenas com o desenvolvimento da inteligência através da adoção de quadros mentais, por meio dos quais nos adaptamos ao mundo cultural a que pertencemos. Falta falar da segunda alfabetização, a que diz respeito ao viver ou à imensidão existencial.

2 A alfabetização existencial

A alfabetização existencial é aquela que ensina a viver. Não sei se é possível ensinar a viver, mas, de qualquer forma, trata-se das instâncias da vida pessoal.

A escola nos introduz no mundo das ciências, nos dá o saber cognitivo, nos mostra a realidade inteligível. A inteligência é o centro em torno do qual giram todas as iniciativas educacionais. Assim, o objetivo primeiro é a verdade científica. Não se fala da verdade humana ou, na pior das hipóteses, pensa-se que a verdade da ciência é a verdade do homem.

Hoje temos consciência de que o desenvolvimento da inteligência não garante que se saiba viver ou conviver com os outros, o saber da inteligência é dirigido para o domínio de si, dos outros e do mundo. A verdade inteligível nos ensina a agir sobre os objetos. Tudo é objeto. Pelo processo da produção do conhecimento científico, tornamo-nos objetos de nós mesmos. Não se faz a investigação sensorial, apenas a pesquisa intelectual. A ciência nos afasta da vida, cujas questões passam à margem dos problemas científicos. Em ciência, diz Cesar Lattes, não existe maneira de se falar em felicidade (*Jornal Nicolau* Ano VI nº 4). Para Henri Atlan, o teórico da auto-organização, a ciência fundou-se justamente sobre a exclusão do vivido. Ele constata que “não acreditamos mais em religiões, nem nas filosofias, somente na ciência, porque ela é bem-sucedida. É portanto dever dos cientistas nos indicar como viver” (*Do Caos à Inteligência Artificial*, p. 64). Mas a ciência nos reduz a máquinas físico-químicas robotizadas. O

nosso destino, traçado pelas ciências, é a automatização e a clonagem. Segundo alguns teóricos da informação, surgirão poderosas máquinas dotadas de uma inteligência artificial muito superior à nossa, a tal ponto que nos sentiremos felizes em sermos tratados por elas como seus serviçais.

Para simplificar o tema, ousaria dizer que a alfabetização existencial tem como objetivo precípua resgatar os valores abandonados pelas ciências experimentais, num primeiro momento, para depois desenvolver dois pontos que lhe dão as bases de seu conteúdo: a corporeidade e a sensibilidade.

2.1. A leitura da corporeidade

A alfabetização existencial começa pela leitura do livro que somos, o corpo. Quero lembrar Galileu, quando anunciou que a ciência precisava ser uma leitura do livro do universo. Ele concebeu o universo como um livro escrito em caracteres matemáticos e com figuras geométricas. O corpo, como um objeto material, foi tratado pelos cientistas como sendo um livro também escrito com a mesma linguagem do universo, por isso foi reduzido a dimensões quantitativas, transformado em fórmulas, equações e, por fim, retalhado em múltiplas peças como se fosse uma máquina qualquer.

Sem dúvida nenhuma o corpo humano é um livro, como o universo de Galileu, entretanto sua linguagem não é matemática, mas uma linguagem de sentimentos, de emoções, de desejos, de aspirações, de esperanças, de construções simbólicas. Sua leitura não depende exclusivamente da inteligência, mas acima de tudo da sensibilidade. O corpo deixa, nestas circunstâncias, de ser objeto, para ser sujeito e objeto ao mesmo tempo. O homem, para ler-se, não precisa distanciar-se de si mesmo, como alguém que olha de fora, mas precisa interiorizar-se, olhar-se de dentro. Ler-se significa sentir-se, tocar-se, ver-se como uma coisa só e única.

A alfabetização existencial é este aprendizado da leitura de si mesmo. Escutar o corpo, entender sua fala, ouvir seus sons, perceber seus sinais, interpretar seus símbolos. O resumo de tudo pode ser dito em duas palavras: saber viver.

O homem ocidental sempre viveu segundo a razão, o corpo era um estorvo, um impecilho, um peso a ser carregado. O corporal devia ser dominado, subjugado e silenciado. As vozes do corpo eram prenúncios do mal. Hoje, a corporeidade parece assumir um novo lugar na vida das pessoas. Sem dúvida vivemos um momento de exaltação do corpo. Há mesmo os que anunciam que estamos entrando numa civilização do corpo. O in-

centivo das práticas esportivas, a preocupação com a manutenção de formas estéticas e o cuidado de preservar o vigor da juventude apontariam para este novo culto. Mas Jean-Marie Brohm alerta sobre uma possível falsa impressão, pois estaríamos, mais uma vez, diante de uma nova exploração do corpo. O corpo foi liberado de muitos tabus de fundo filosófico, religioso e cultural, mas, por outro lado, poderá estar entrando num processo mercadológico, no qual é o principal objeto de consumo. De fato, não estaríamos vivendo o corpo, apenas instaurado um outro tipo de seu uso.

Enfim, com a ruptura da tradição cartesiana, o corpo significa uma fórmula de reversão filosófica. Assim escreve Giles Deleuze: "O corpo não é mais o obstáculo que separa o pensamento de si mesmo, aquilo em que ele mergulha ou deve mergulhar, para atingir o impensado, isto é, a vida. Não que o corpo pense, porém, obstinado, teimoso, ele força a pensar o que escapa ao pensamento – a vida".

2.2 O desenvolvimento da sensibilidade

Esta alfabetização começa com o nascimento, mas seu funcionamento já se dá no instante da formação do ovo humano, no útero materno. Os primeiros momentos da vida humana são guiados pela sensibilidade. A alfabetização intelectual é responsável pelo seu não desenvolvimento posterior. Além de não se preocupar em desenvolver a sensibilidade, acaba por embotá-la e eliminá-la como algo impróprio ao equilíbrio da personalidade.

Hoje, nas escolas, está surgindo uma pequena esperança de mudança de mentalidade, ao se introduzir a chamada investigação sensorial. Pela investigação sensorial não se vai estudar conceitos de valores culturais, dar explicações racionais ao que se observa, mas apenas registrar o que foi percebido por cada um.

A sensibilidade não é algo já adquirido e bom. Ela precisa ser desenvolvida e educada. Para Konrad Lorenz, é no contacto com as belezas e as harmonias da natureza que cultivamos a sensibilidade, que se define como a capacidade de ver, ouvir e sentir sem mediações. É um poder intuitivo que nos coloca no centro da vida. É um face a face. Mais uma vez recorro a Konrad Lorenz quando reclama da falta de desenvolvimento do que ele chama de "olho clínico" na formação do médico, que se dá no desenvolvimento da percepção imediata, ou da intuição sensorial. As ciências não aceitam a intuição como fonte de conhecimento válido. Então ninguém mais olha o rosto, ninguém mais se preocupa com o olho no olho, só acre-

dita nos conceitos, naquilo que é possível explicar, definir ou transformar em fórmulas, ou seja, confia-se absolutamente nos manuais, nos laboratórios; nunca numa expressão do rosto ou na luz de um olhar...

Um trabalho muito importante é o que desenvolve, já há alguns anos, o compositor canadense Murray Schafer. Conferindo valor muito grande à capacidade auditiva do ser humano, fala de ouvido-pensamento e do desenvolvimento dos nossos sentidos. Ouvir-pensar fundem-se num mesmo ato. Para ele o ouvido está vinculado à fala, não à escrita. Acredita que é possível desenvolver nossos sentidos durante a vida. Por exemplo, todo mundo tem ouvidos, mas isto não significa que todos os usem adequadamente. Em geral trabalhamos com a hipótese da deterioração dos sentidos com o passar dos anos. Aprendemos a usar a inteligência pela alfabetização intelectualizada, mas não aprendemos a desenvolver os sentidos, nem a usá-los corretamente. Um ouvido pensante implica ter consciência, exige que as pessoas realmente pensem de forma crítica enquanto prestam atenção, ao invés de somente escutarem os ruídos que acontecem no mundo. De modo prático, essa tarefa educativa deveria ser exercida pelos professores. Eles poderiam ensinar as crianças a pensar sobre o que estão ouvindo e a proteger seus ouvidos, mostrar como são preciosos, não destruí-los, com barulho. Pode-se planejar o mundo acusticamente.

É importante ter consciência de que há um ambiente sonoro, que o mundo é uma composição e que estamos todos dentro dela, que somos compositores e músicos. Podemos ser participantes de uma grande melodia ou podemos ser os produtores de ruídos dissonantes. O ambiente sonoro é como uma grande composição acontecendo ao nosso redor constantemente, e somos agora os principais responsáveis, já que produzimos o maior número de sons. Assim, devemos melhorar essa composição. É o que todos deveríamos compreender.

Somente quando temos consciência de nosso ouvido-pensante podemos combater, de fato, a poluição sonora. Esta acontece porque ignoramos os sons à nossa volta. Uma população inteira deve ser conscientizada a fim de se preocupar, não somente com os sons agradáveis que gostaria de ouvir nos meios de comunicação, nos festivais, nos concertos, mas com tudo, porque realmente é uma questão de vida ou morte. Existem muitas evidências de que nas civilizações ocidentais há uma deterioração da capacidade auditiva. Portanto, trata-se de uma questão de educação, muito mais do que de legislação. Não creio que seja assunto para os governos. Governos nunca vão mudar nada. Eles estão preocupados com o poder, com sua reeleição, só vêem o desenvolvimento econômico. A única maneira de mudar algo é mudarmos a sensibilidade humana. Se tivermos ouvidos-pensantes,

então, as coisas serão diferentes.

Há também o elucidativo caso da vila de L'Escamille, na Bretanha, região da França, uma vila de pescadores. A vida diária dos pescadores locais estava ligada aos sons que ouviam ao redor da vila e do mar. Esses sons mudavam com a mudança atmosférica. O tempo estável mantinha sons constantes. Havia o "vent solaire" (vento solar), que sopra circularmente e que trazia os sons do mar, distintos para os ouvidos dos pescadores, não para pessoas estranhas, exatamente porque não haviam desenvolvido esse tipo de acuidade auditiva. Esta percepção orientava a ação deles. O governo francês decide construir uma rodovia passando pela vila. Foram denunciadas as conseqüências da implantação de tal rodovia para toda essa atmosfera sonora, o que prejudicaria a vida dos pescadores, colocando-os em perigo de perderem sua capacidade de orientação para sobreviver. A UNESCO entrou na luta, bem como outras organizações ambientalistas e a imprensa; e o governo mudou a rota da estrada.

Marshal McLuhan, por sua vez, diz que uma pessoa na fase de percepção oral vive com uma sensação de terror porque qualquer som é sempre uma surpresa. Numa sociedade visual, estamos sempre de frente. O universo se oferece de frente para a nossa vista. Para o ouvido, o mundo nos chega de todos os lados. Na sociedade auditiva estamos sempre no centro, no centro do universo.

Os sentidos da visão são apenas parte das possibilidades de desenvolvimento da sensibilidade humana. Poderíamos falar do olfato e de todas as possibilidades de percepção extrasensorial. Alguns especialistas afirmam que o olfato humano tem capacidade para receber até dez mil aromas diferentes. Isto não significa que todos sejam capazes de identificá-los. Para tanto seria necessário educar a capacidade olfativa.

Para concluir, quero lembrar também a fábula *Os sons da floresta*. Conta-se que, no século III d.C., o rei Ts'ao mandou seu filho, o príncipe T'ai, estudar no templo com o grande mestre Pan Ku. O objetivo era prepará-lo para suceder o pai no trono do reino. Ao chegar ao templo, o mestre enviou-o à floresta de Ming Li, onde deveria permanecer durante dois anos para ouvir todos os sons da floresta. Depois, ao voltar, deveria descrevê-los. Assim fez. Passados os dois anos, voltou e descreveu tudo o que ouviu, o rugido das feras, o sibilar dos ventos, as vozes dos animais, os cantos dos pássaros, o barulho das águas, enfim nada lhe escapou. O mestre fez um sinal com a cabeça de que não estava completa a tarefa e mandou que retornasse à floresta. Ele obedeceu. E passou horas e horas, durante muitos dias, ouvindo e ouvindo pacientemente. Depois de tanta escuta, resolveu regressar e se apresentar ao grande mestre do templo. E falou: "Mestre, quan-

do prestei mais atenção, pude ouvir o inaudível – o som das flores desabrochando, do sol aquecendo a terra e da relva bebendo o orvalho da manhã”. O grande mestre acenou com a cabeça em sinal de aprovação. O discípulo estava apto a administrar o reino, porque saberia ouvir o coração das pessoas.

BIBLIOGRAFIA

- BAUDRILLARD, Jean. Cultura Contemporânea e Pós-Moderna. In: *Textos de Cultura e Comunicação*. Bahia: UFBA, 1985. p. 17-25.
- BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. *Les Héritiers*. Paris: Minuit, 1964.
- FERREIRO, Emília. *Os filhos do analfabetismo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- FERRI, Luc. *Homo Aestheticus: a invenção na era democrática*. São Paulo: Ensaios, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1970.
- LORENZ, Konrad. *A demolição do homem*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MAFFESOLI, Michel. A ruína do futuro e a invenção do presente. *Geempa*, n. 3, Porto Alegre, 1994.
- MATA, Roberto da. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1991.
- MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Publicações do Instituto Piaget, 1991.
- PESSIS - PASTERNAK, Guitta. Henri Atlan, teórico da auto-realização. In: *Do Caos à Inteligência Artificial*. São Paulo: UNESP, 1993.
- STAL, Isabelle & THOM, Françoise. *A escola dos bárbaros*. São Paulo: UNESP, 1985.